

## **Demonstrações Financeiras**

**LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.**

31 de dezembro de 2018

Com relatório dos auditores independentes

## **Índice**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras .....	3
Balanço patrimonial .....	7
Demonstração dos resultados.....	8
Demonstração dos resultados abrangentes.....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração dos fluxos de caixa.....	11
Demonstração dos valores adicionados.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	13

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos**  
**Diretores e aos Acionistas da**  
**LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A.**  
**Rio de Janeiro - RJ**

Examinamos as demonstrações contábeis da **LAGO AZUL TRANSMISSÃO S.A. (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Companhia**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstração do Valor Adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da **Companhia** e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da **Companhia**. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento

Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A Administração da **Companhia** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, teremos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança e para o órgão regulador.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Companhia** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Companhia** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Companhia** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Companhia**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

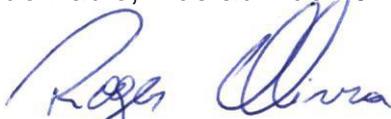
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Companhia**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Companhia** a não mais se manter em continuidade operacional.

1

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 4 de abril de 2019.



MACIEL AUDITORES S/S  
2CRC RS 5.460/O-0 T SP  
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA  
Contador 1CRC RS 71.505/O-3 – “T” –SP  
Sócio Responsável Técnico



LUCIANO GOMES DOS SANTOS  
Contador 1CRC RS 059.628/O-2  
Sócio Responsável Técnico

## Lago Azul Transmissão S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.389	4.689
Concessionárias e permissionárias		434	414
Impostos a recuperar	5	324	260
Ativos de contrato	6	3.048	3.893
Outros ativos circulantes		66	67
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>9.261</b>	<b>9.323</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Ativo de contrato	6	34.226	36.607
Imobilizado líquido		10	7
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>34.236</b>	<b>36.614</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>43.497</b>	<b>45.937</b>
 <b><u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	7	2.537	2.830
Salários e encargos		75	81
Obrigações fiscais		84	136
Dividendos mínimos obrigatórios	8.c	1.170	1.433
Encargos setoriais		46	28
Outros passivos circulantes		1	394
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>3.913</b>	<b>4.901</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.139	1.105
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.139</b>	<b>1.105</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	8.a	35.156	35.156
Reserva legal	8.b	223	325
Reserva de retenção de lucros		3.066	152
Dividendos adicionais		-	4.298
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>38.445</b>	<b>39.931</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>43.497</b>	<b>45.937</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Lago Azul Transmissão S.A.**  
**Demonstração dos resultados nos exercícios findos em**  
**31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de reais)**

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>9</b>	<b>6.905</b>	<b>9.307</b>
Custo de Construção		452	(3.466)
Despesas de operação e manutenção		(715)	(580)
Gastos Operacionais		(277)	(255)
Encargos setoriais		(64)	-
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>6.301</b>	<b>5.006</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Pessoal		(613)	(328)
Serviços de terceiros		(220)	(842)
Tributos		(3)	-
Arrendamentos e aluguéis		(17)	-
Depreciação		(3)	(2)
Outros		-	(9)
<b>Total</b>		<b>(856)</b>	<b>(1.181)</b>
<b>LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>		<b>5.444</b>	<b>3.825</b>
<b>Receitas financeiras</b>		<b>347</b>	<b>337</b>
<b>Despesas financeiras</b>		<b>(5)</b>	<b>(20)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>10</b>	<b>342</b>	<b>317</b>
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>5.787</b>	<b>4.142</b>
Imposto de renda corrente		(153)	(151)
Contribuição social corrente		(80)	(78)
Imposto de renda diferido		45	32
Contribuição social diferida		(218)	(10)
<b>Total</b>		<b>(406)</b>	<b>(208)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>5.381</b>	<b>3.934</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Lago Azul Transmissão S.A.**  
**Demonstração dos resultados abrangentes**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Em milhares de reais)**

---

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	5.381	3.934
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	<u><b>5.381</b></u>	<u><b>3.934</b></u>



As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Lago Azul Transmissão S.A.**  
**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**  
**Em 31 de dezembro de 2018**  
**(Em milhares de reais)**

	Capital social	Reserva Legal	Retenção de lucros	Dividendos adicionais	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>35.156</b>	<b>128</b>	<b>152</b>	<b>1.495</b>	<b>-</b>	<b>36.931</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.934	3.934
Constituição da reserva Legal	-	197	-	-	(197)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(934)	(934)
Constituição de dividendos adicionais	-	-	-	2.803	(2.803)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>35.156</b>	<b>325</b>	<b>152</b>	<b>4.298</b>	<b>-</b>	<b>39.931</b>
Ajustes do IFRS 15 em 01/01/2018	-	-	-	-	(5.697)	(5.697)
Compensação de reservas	-	(325)	(152)	(4.298)	4.775	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.381	5.381
Constituição da reserva Legal	-	223	-	-	(223)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(1.170)	(1.094)
Reserva de retenção de lucro	-	-	3.066	-	(3.066)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018</b>	<b>35.156</b>	<b>223</b>	<b>3.066</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38.445</b>



As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Lago Azul Transmissão S.A.**  
**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Em 31 de dezembro de 2018**  
**(Em milhares de reais)**

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	5.787	4.142
<b>Ajuste de itens que não causaram impacto no caixa</b>		
Rendimento sobre ativo financeiro	(2.484)	(5.219)
Depreciação	3	2
	<u>(3.306)</u>	<u>(1.075)</u>
<b>Aumento (redução) nos ativos e passivos operacionais</b>		
Contas a receber de clientes	(20)	150
Impostos a recuperar	(64)	(96)
Ativo de contrato	(124)	-
Outros ativos circulantes	1	(66)
Fornecedores	(293)	2.506
Obrigações fiscais	(285)	(246)
Encargos setoriais	18	28
Salários e encargos	(5)	4
Outros passivos circulantes	(395)	(10)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>2.139</u>	<u>1.195</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Acréscimo de imobilizado	(6)	(5)
Ativo financeiro indenizável	-	68
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>	<u>(6)</u>	<u>63</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamento de dividendos	(1.433)	-
<b>Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<u>(1.433)</u>	<u>-</u>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>700</u>	<u>1.258</u>
Início do período	4.689	3.431
Final do período	5.389	4.689
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>700</u>	<u>1.258</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Lago Azul Transmissão S.A.**  
**Demonstração dos valores adicionados**  
**Em 31 de dezembro de 2018**  
**(Em milhares de reais)**

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>RECEITA</b>		
Receita	6.905	9.307
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		
Custos de construção	452	(3.466)
Materiais / Serviços de terceiros	(1.276)	(990)
<b>DEPRECIÇÃO / AMORTIZAÇÃO</b>		
Depreciação	(3)	(2)
<b>VALOR ADICIONADO LIQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<u>6.077</u>	<u>4.849</u>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		
financeiro	342	317
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<u>6.419</u>	<u>5.166</u>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
<b>Pessoal</b>		
Remuneração direta	430	304
Benefícios	128	11
FGTS	55	14
	<u>613</u>	<u>329</u>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
Federais	406	208
Estaduais	2	-
	<u>408</u>	<u>208</u>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Arrendamentos e aluguéis	17	-
Compartilhamento de despesas	-	694
	<u>17</u>	<u>694</u>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Lucro do exercício	5.381	3.934
<b>TOTAL</b>	<u>6.419</u>	<u>5.167</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Lago Azul Transmissão S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2018**  
**(Em milhares de reais)**

---

**1 Informações gerais**

A Lago Azul Transmissão S.A., (Companhia), sociedade privada, de capital fechado, foi constituída em 09 de março de 2013 e está estabelecida na Rua Voluntários da Pátria, nº 113, pavimento 6, Botafogo, Cidade do Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação e exploração de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 03/2014 da ANEEL, com prazo estimado de entrada em operação em 30 meses a partir da data da assinatura com o prazo de concessão de 30 anos.

**1.1 Da concessão**

A Companhia foi constituída a partir do Consórcio Lago Azul, vencedor do Lote D do Leilão de Transmissão nº 07/2013, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 14 de novembro de 2013.

O Lote D é composto pela seguinte instalação, no Estado de Goiás:

- LT 230 kV Barro Alto – Itapaci, C2 (69 km).

As instalações de transmissão são compostas pela:

- Linha de Transmissão Barro Alto – Itapaci, em 230 kV, circuito simples, segundo circuito, com extensão aproximada de 69 km, com origem na Subestação Barro Alto e término na Subestação Itapaci.
- Com entradas de linhas, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em 19 de setembro de 2016 a Companhia entrou em operação passando a receber a RAP integralmente.

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 3.050 (Três milhões e cinquenta mil reais), valor histórico, e será corrigida anualmente, com base na variação do IPCA, no mês de julho de cada ano, nos termos do contrato de concessão, contados a partir do início da operação comercial. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo de julho de 2018 a junho de 2019, é de R\$ 4.088 (Quatro milhões, oitenta e oito mil reais).

**1.2 Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI – junto às Autoridades Governamentais competentes**

A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para operar no Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI (instituído pela Lei nº 11.488/2007) junto as Autoridades Governamentais competentes, que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público.



**Lago Azul Transmissão S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2018**  
**(Em milhares de reais)**

---

PIS/PASEP e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (mercado interno e importação) na aquisição de bens ou materiais de construção de obras de infraestrutura que serão convertidas ao custo dos bens da concessão, a alíquota zero, conforme publicações no Diário Oficial em 02 de outubro de 2014 (Portaria MME 266/2014, de 2 de outubro de 2014) e 19 de março de 2015 (Ato Declaratório Executivo nº 71, pela RFB, de 17 de março de 2015).

## **2 Elaboração e apresentação das principais práticas contábeis**

As demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações, emitidas pelo CPC, que estão em vigor em 31 de dezembro de 2018. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação dessas demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, recuperabilidade dos impostos diferidos, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas ao exercício anterior e foram autorizadas pela Administração em 18 de março de 2019.

### **a) Moeda funcional**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **b) Base de preparação e mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos na data do fechamento do balanço, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram adotadas de modo consistente com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e estão escritas a seguir:



## **2.1 Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

## **2.2 Receita operacional**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

### **2.2.1 Receita de concessão**

#### **a) Receita de operação e manutenção**

As receitas oriundas dos serviços de Operação Manutenção (“O&M”) são determinadas com base nos valores atribuídos pela Administração estimados para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão.

#### **b) Receita de construção**

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47, que abrange os Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria), bem como as Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como próxima a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo financeiro indenizável em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

#### **c) Receita de remuneração dos ativos de concessão**

A receita financeira de concessão corresponde à remuneração pela taxa de desconto, que corresponde à taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da receita anual permitida (RAP).

### **2.2.2 Receita de juros**

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida



**Lago Azul Transmissão S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2018**  
**(Em milhares de reais)**

---

estimada do ativo financeiro indenizável em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

### **2.3 Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

#### **(a) Ativos financeiros não derivativos**

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e ativo financeiro indenizável.

#### **(b) Passivos financeiros não derivativos**

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e demais contas a pagar. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

#### **(c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### **2.4 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.



## **2.5 Concessionários e permissionários**

Destinam-se à contabilização dos valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber foi efetuado conforme determinação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, por meio dos avisos de crédito (AVCs) mensais. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso.

## **2.6 Contas a receber - ativo financeiro indenizável**

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, em consonância com o ICPC 01 (R1).

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo financeiro indenizável excede o seu valor recuperável. Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente.

A Companhia reconhece um contas a receber do poder concedente quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras e transmissoras de energia e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos considerando o custo proporcional ao total, incorrido até a data do balanço, pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

O valor reconhecido do ativo financeiro indenizável, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, serão revisados trimestralmente.

Esses ativos financeiros não possuem um mercado ativo, apresentam fluxos de caixa fixos e determináveis, e, portanto, são classificados como "Ativo financeiro indenizável", sendo inicialmente estimados com base nos respectivos valores justos e posteriormente mensurados pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva.

## **2.7 Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.



**Lago Azul Transmissão S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2018**  
**(Em milhares de reais)**

---

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.

## **2.8 Tributação e encargos regulatórios**

Em 2018, a Companhia optou pela tributação pelo lucro presumido, cuja base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada por meio da aplicação do percentual de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta, sobre os ganhos de capital e demais receitas.

Conforme facultado pela legislação tributária, até o exercício de 2016, a Companhia optou pela tributação do lucro real anual com estimativas mensais. Sendo assim, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, para a estimativa mensal, foi calculada por meio da aplicação do percentual sobre a receita bruta e sobre os ganhos de capital e demais receitas. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 60.000 no período de três meses e compensados os prejuízos fiscais existentes, reconhecidos pelo regime de competência. A contribuição social sobre o lucro foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, também considerando a compensação de bases negativas, reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Além do Imposto de Renda e da Contribuição Social, a receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Programa de Integração Social - PIS a alíquota de 9,25%.
- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL.
- As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 9.991/00 e Resolução Normativa Aneel nº 504/12.

Esses encargos são apresentados como deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.



## **2.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

## **2.10 Demonstrações dos fluxos de caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

## **2.11 Distribuição de dividendos**

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "Proposta de distribuição de dividendo adicional" no patrimônio líquido.

## **2.12 Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

## **2.13 Informações por segmento**

A Companhia não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento.



**Lago Azul Transmissão S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2018**  
**(Em milhares de reais)**

---

**3 Mudanças nas principais políticas contábeis**

**I- Adoção do CPC 47 (IFRS 15)**

Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers) A companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a companhia não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o exercício comparativo apresentado. Esta norma requer que a companhia deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Portanto, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável. Entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecidos aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. As informações sobre os indicadores de performance e o referido impacto contábil após a adoção do CPC 47 / IFRS 15.

A norma requer que o direito ao recebimento de contraprestação em troca de bens e serviços transferidos para um cliente deve ser classificado como ativo contratual quando esse direito estiver condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Mesmo tendo concluído a obrigação de desempenho relativa à construção de suas infraestruturas de transmissão, a Companhia tem seu direito de receber contraprestação atrelado ao cumprimento de duas outras obrigações de desempenho: manter e operar a infraestrutura de transmissão construída.

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47 / IFRS 15 sobre lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018:

<b>Em R\$ mil</b>	<b>Impacto da adoção do CPC 47/IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018</b>
<b>Lucros acumulados</b>	
Ativo contratual	(5.835)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	137
<b>Impacto em 1º de janeiro de 2018</b>	<b>(5.697)</b>

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC47/IFRS15 no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e na demonstração do resultado para o encerramento deste ano em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.



**Lago Azul Transmissão S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2018**  
**(Em milhares de reais)**

Balanco Patrimonial	2018	Ref.	Reclassificações	2018 (Sem impacto CPC 47)
<b>Ativo circulante</b>				
Ativo de contrato	3.048	(a)	935	3.983
Demais ativos não impactados	6.213		-	6.213
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>9.261</b>		<b>935</b>	<b>10.196</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Ativo de contrato	34.226	(a)	4.756	38.982
Demais ativos não impactados	10		-	10
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>34.236</b>		<b>4.756</b>	<b>38.992</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>43.497</b>		<b>5.691</b>	<b>49.188</b>
<b>Passivo circulante</b>				
Dividendos a pagar	1.170	(c)	138	1.308
Outros passivos não impactados	2.743		-	2.743
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>3.913</b>		<b>138</b>	<b>4.051</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.139	(b)	(132)	1.007
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.139</b>		<b>(132)</b>	<b>1.007</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Reserva legal	223	(d)	377	600
Dividendos adicionais propostos	-		8.222	8.222
Reserva de retenção de lucros	3.066	(d)	(2.914)	152
Demais itens do Patrimônio líquido não impactados	35.156		-	35.156
<b>Total do Patrimônio líquido</b>	<b>38.445</b>		<b>5.609</b>	<b>44.130</b>
<b>Total do passivo e do Patrimônio líquido</b>	<b>43.497</b>		<b>5.691</b>	<b>49.188</b>

- (a) Implementação do CPC47/IFRS15 que define o ativo da concessão como ativo contratual  
(b) Impacto dos impostos sobre a adoção do ativo contratual  
(c) Impacto sobre os dividendos na adoção do ativo contratual  
(d) Efeito dos ajustes foram refletidos no patrimônio líquido.

Os impactos da adoção do IFRS 15 na Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2018 estão abaixo apresentados:

Demonstração do resultado do exercício	2018	Ref.	Reclassificações	2018 (Sem impacto CPC 47)
Receita líquida	6.905	(a)	-143	6.762
IR/CSLL diferidos	(173)	(b)	268	97
Demais itens não impactados	(1.351)		-	(1.351)
	<b>5.381</b>		<b>125</b>	<b>5.508</b>



**Lago Azul Transmissão S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2018**  
**(Em milhares de reais)**

---

- (a) Implementação do CPC47/IFRS15 que define o ativo da concessão como ativo contratual
- (b) Impacto dos impostos sobre a adoção do ativo contratual

**II- Novas normas e interpretações efetivas a partir de 01 de janeiro de 2018**

Uma série de novas normas passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou de forma antecipada essas alterações na preparação das demonstrações financeiras do exercício de 2017.

**a. CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros**

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 40/ IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, que são aplicadas às divulgações em 2018, mas que não foram aplicadas à informação comparativa.

**(i) Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros**

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

O CPC 48/IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48/IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38/IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção da IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros.

Para uma explicação de como a Companhia classifica e mensura os instrumentos financeiros e contabiliza os ganhos e perdas relacionados conforme o CPC 48/IFRS 9, veja Nota 7 (Principais políticas contábeis).

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia, em 1º de janeiro de 2018. O efeito da adoção do CPC 48/IFRS 9 sobre os valores contábeis dos ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018 está relacionado apenas aos novos requerimentos de redução ao valor recuperável.



**Lago Azul Transmissão S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2018**  
**(Em milhares de reais)**

<b>Ativos financeiros</b>	<b>CPC 38/IAS 39</b>	<b>CPC 48/IFRS 9</b>
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Ativo financeiro	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado
<b>Passivos financeiros</b>		
Fornecedores	Custo amortizado	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Outros passivos financeiros

**(ii) Transição**

A companhia optou por não aplicar as mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 / IFRS 9 retrospectivamente.

A companhia não apresentou operações de hedge nos exercícios de 2017 e 2018.

A Companhia optou por não reapresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração (incluindo a redução ao valor recuperável). Portanto, os períodos comparativos não foram reapresentados.

As seguintes avaliações foram feitas com base nos fatos e circunstâncias que existiam na data da aplicação inicial.

- A determinação do modelo de negócios dentro do qual um ativo financeiro é mantido.
- A designação e a revogação de designações anteriores de certos ativos e passivos financeiros mensurados ao VJR.
- A designação de certos investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação ao VJORA.

Se um investimento em um título de dívida apresentava baixo risco de crédito na data da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, então, a Companhia pressupôs que o risco de crédito do ativo não havia aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

**b. IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (CPC 47 Receita de Contratos com Clientes)**

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação com margem zero, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 01 de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato".

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de



**Lago Azul Transmissão S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2018**  
**(Em milhares de reais)**

---

construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção. (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. (ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

### **III- Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

CPC 23.30-31 IAS 8.30-31 Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

#### **(a) CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos**

A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- As novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.



**Lago Azul Transmissão S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2018**  
**(Em milhares de reais)**

---

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das operações de arrendamento mercantil.

**(i) Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário**

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das instalações do armazém e da fábrica (veja a nota explicativa 42(a)). A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Além disso, a Companhia não mais reconhecerá provisões para arrendamentos operacionais que ele avaliar como onerosos, conforme descrito na nota explicativa 24(d). A Companhia incluirá nas obrigações do arrendamento os pagamentos devidos nos termos do arrendamento.

Não se espera nenhum impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros da Companhia.

**(ii) Transição**

A Companhia pretende aplicar o CPC 06(R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16, se houver, será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Companhia planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06(R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e a ICPC 03/IFRIC 4.

**(b) Outras normas**

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros



**Lago Azul Transmissão S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2018**  
**(Em milhares de reais)**

---

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e Bancos conta movimento	4	241
Aplicações financeiras – BB CP Corp 10Milh ( a )	<u>5.385</u>	<u>4.448</u>
<b>Total</b>	<b><u>5.389</u></b>	<b><u>4.689</u></b>

(a) As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2018, a aplicação financeira referente à BB Curto Prazo Corporativo 400mil teve sua rentabilidade nos últimos 12 meses à taxa de 6,12%. Essas aplicações estão classificadas como disponíveis para negociação e refletem nas datas do balanço, o valor de mercado.

**5 Impostos a compensar**

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 324 (R\$ 260, em 31 de dezembro de 2017), classificado como impostos a compensar, é referente ao imposto de renda retido na fonte quando do resgate de aplicações financeiras, adicionado à correção monetária, pela taxa Selic atualizada mensalmente. Estes valores serão compensados com o imposto de renda apurado mensalmente e no encerramento do exercício.

**6 Ativos de contrato**

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ▶ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar;
- ▶ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede.
- ▶ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ▶ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela remuneração anual permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador.

A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS, conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no fina



**Lago Azul Transmissão S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2018**  
**(Em milhares de reais)**

do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo poder concedente.

	31/12/2017	Receita de construção	Receita de remuneração	Recebimentos	Ajustes NE 3	31/12/2018
<b>Ativo de contrato</b>	40.500	(452)	5.055	(2.138)	(5.691)	37.274
<b>Circulante</b>	3.893					3.048
<b>Não circulante</b>	36.607					34.226

	31/12/2016	Receita de construção	Receita de remuneração	Recebimentos	31/12/2017
<b>Ativo financeiro</b>	35.350	3.420	5.219	(3.489)	40.500
<b>Circulante</b>	3.757				3.893
<b>Não circulante</b>	31.593				36.607

Os valores referentes aos recebimentos de RAP a serem amortizados nos doze meses seguintes estão classificados no Ativo circulante.

## 7 Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Furnas Centrais Elétricas S.A.	110	214
Centrais Elétricas de Goiás - CELG GT	659	378
Sae Towers	591	644
Consórcio 3 C	-	605
Fornecedores Diversos	36	-
Queiroz e Rios	61	61
Contratos de Encerramento da Obra	1.080	927
	<b>2.537</b>	<b>2.830</b>

## 8 Patrimônio líquido

### (a) Capital social

Em 13 de janeiro de 2016, conforme Ata da 18ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de março de 2015, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 3.250 (três milhões, duzentos e cinquenta mil reais), proporcional participação acionária de cada sócio, com a emissão de 3.250.000 (três milhões, duzentos e



**Lago Azul Transmissão S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2018**  
**(Em milhares de reais)**

---

cinquenta mil) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 17.406 (dezesete milhões, quatrocentos e seis mil reais), para R\$ 20.656 (vinte milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais).

Em 04 de março de 2016, conforme Ata da 20ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 2.000 (dois milhões de reais), proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 2.000.000 (dois milhões) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 20.656 (vinte milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais), para R\$ 22.656 (vinte e dois milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais).

Em 04 de abril de 2016, conforme Ata da 20ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de fevereiro de 2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 2.000 (dois milhões de reais), proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 2.000.000 (dois milhões) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 22.656 (vinte e dois milhões e seiscentos e cinquenta e seis mil reais), para R\$ 24.656 (vinte e quatro milhões e seiscentos e cinquenta e seis mil reais).

Em 07 de junho de 2016, conforme Ata da 22ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de maio de 2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 4.000 (quatro milhões de reais), proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 4.000.000 (quatro milhões) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 24.656 (vinte e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais), para R\$ 28.656 (vinte e oito milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais).

Em 30 de setembro de 2016, conforme Ata da 23ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de setembro de 2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 4.000 (quatro milhões de reais), proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 4.000.000 (quatro milhões) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 28.656 (vinte e oito milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais), para R\$ 32.656 (trinta e dois milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais).

Em 22 de março de 2016, conforme Ata da 25ª Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de março de 2016, foi efetuado o aumento do capital social no valor de R\$ 2.500 (dois milhões e quinhentos mil reais), proporcional à participação acionária de cada sócio, com a emissão de 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passando o Capital Social de R\$ 32.656 (trinta e dois milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais), para R\$ 35.156 (trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil reais).

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 35.156 (trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil reais), dividido em 35.156.000 (trinta e cinco milhões, cento e cinquenta e seis mil) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, sem valor nominal, pela CELG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. e FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S.A., na proporção de 50,10%, e 49,90%, respectivamente.



**Lago Azul Transmissão S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2018**  
**(Em milhares de reais)**

O capital social subscrito da Companhia está composto da seguinte forma:

	<u>31/12/2018</u>	
	<u>R\$</u>	<u>Participação</u>
Celg Geração e Transmissão S.A.	17.613	50,10%
Furnas Centrais Elétricas S.A.	17.543	49,90%
	<u><b>35.156</b></u>	<u><b>100%</b></u>

**(b) Reserva legal**

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

**(c) Dividendos**

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% do saldo remanescente após o cálculo da reserva legal, e das reservas de contingência e reserva de lucros a realizar, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

**9 Receita operacional líquida**

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		
Receita de Construção	3.172	3.466
Rendimentos sobre ativo financeiro	2.484	5.219
Receita de O&M	1.424	769
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>		
PIS	(31)	(28)
Cofins	(144)	(118)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<u><b>6.905</b></u>	<u><b>9.307</b></u>

**10 Resultado financeiro**

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas de aplicações financeiras	330	327
Variações monetárias	13	14
Outras receitas financeiras	4	-
<b>TRIBUTOS SOBRE RECEITAS FINANCEIRAS</b>		
Pis	-	(1)
Cofins	-	(3)
<b>Total de Receitas financeiras</b>	<u><b>347</b></u>	<u><b>337</b></u>



**Lago Azul Transmissão S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2018**  
**(Em milhares de reais)**

<b>Despesas financeiras</b>		
Juros e multas	(4)	(17)
Despesas financeiras	(1)	(3)
Total de despesas financeiras	(5)	(20)
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>342</b>	<b>317</b>

**11 Partes relacionadas**

<u>Partes relacionadas</u>	<u>Natureza da operação</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Ativo</b>			
Furnas Centrais Elétricas		11	10
Celg Geração e Transmissão S.A.	Contas a receber de faturamento	4	6
		<u>15</u>	<u>16</u>
<b>Passivo</b>			
Furnas Centrais Elétricas	O&M	(110)	(214)
Celg Geração e Transmissão S.A.	O&M	(659)	(378)
		<u>(769)</u>	<u>(592)</u>
<b>Resultado</b>			
<b>Receita</b>			
Furnas Centrais Elétricas	Receita de faturamento	122	123
Celg Geração e Transmissão S.A.	Receita de faturamento	61	69
		<u>183</u>	<u>192</u>
<b>Custo/despesa</b>			
Furnas Centrais Elétricas	O&M	(161)	(214)
Celg Geração e Transmissão S.A.	O&M	(280)	(378)
		<u>(441)</u>	<u>(592)</u>

**12 Instrumentos financeiros**

**12.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria**

<u>Ativos financeiros</u>	<u>31/12/2018</u>			<u>31/12/2017</u>
	<u>Custo amortizado</u>	<u>A valor justo por meio do resultado</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	-	5.389	5.389	4.689
Concessionárias e permissionárias	434	-	434	414
Impostos a recuperar	324	-	324	260
	<u>758</u>	<u>5.389</u>	<u>6.147</u>	<u>5.363</u>



**Lago Azul Transmissão S.A.**  
**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Em 31 de dezembro de 2018**  
**(Em milhares de reais)**

---

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

Os principais passivos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

<u>Passivos financeiros</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores	2.537	2.830
Salários e encargos	75	81
Obrigações fiscais	84	136
Impostos diferidos	1.139	1.105
	<u>3.835</u>	<u>4.152</u>

## **12.2 Gestão de risco**

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

### **(a) Riscos de mercado**

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

### **(b) Riscos ambientais**

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.



### **12.3 Avaliação dos instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

### **13 Seguros**

Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios e de terceiros alugados pela empresa de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro.

